

PREFÁCIO

É com imensa satisfação que a Comissão de Organização e Estruturação do Projeto “Memória do Ministério Público do Estado do Pará” lança sua pioneira obra escrita intitulada Memórias do Ministério Público do Estado do Pará, fruto do trabalho exaustivo de membros, servidores e também de parceiros da Instituição, sob a consultoria técnica do historiador Thiago Viana.

Há muito se impunha essa árdua tarefa de preservar a rica história do *Parquet* paraense, que se encontrava adormecida e fragmentada no tempo. Todavia, coube ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, por meio da Resolução nº 033/2011-CPJ, de 17 de outubro de 2011, a relevante decisão de criar, em caráter permanente, a supracitada Comissão, composta pelo Chefe da Instituição, pelo Decano do Colégio de Procuradores de Justiça; pelo Subprocurador-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa e por um membro aposentado, designado pelo Procurador-Geral de Justiça. Por pertinência também integram essa Comissão o Diretor do Departamento de Administração; o Chefe da Divisão da

Biblioteca; Chefe do Serviço de Arquivo e ainda o Chefe do Serviço de Documentação, cujo objetivo e compromisso deste grupo é com o resgate e divulgação da história do Ministério Público.

Deliberou-se em reunião ocorrida ainda no ano de 2012 que - como ponto de partida -, seria produzido um Projeto de Memória Oral, por meio de depoimentos das vozes de seus membros e ex-membros, como forma de preservar as relações havidas entre o Órgão ministerial e o meio político e jurídico no transcurso de sua evolução. Esse primordial projeto foi coordenado pelo mestre em história Alan Watrin Coelho, o qual entrevistou 19 pessoas, entre as quais estão os ex-Procuradores-Gerais de Justiça, Procuradores de Justiça aposentados, Desembargadores e um ex-Governador do Estado, que fora nomeado Promotor Público do Município de Castanhal no ano de 1945, logo após sua formatura em Direito.

Não há dúvida de que os depoimentos colhidos pela equipe que produziu o Projeto “Memória Oral do Ministério Público”, além de enriquecer o patrimônio histórico da instituição, serviram

de relevante fonte de pesquisa para a elaboração deste primeiro livro de memórias, sendo certo que também servirão como um precioso instrumento para outras pesquisas e estudos que versarem sobre a construção da história do Ministério Público paraense. A partir das mencionadas entrevistas e também do trabalho compartilhado entre a Divisão de Biblioteca, o Departamento de Recursos Humanos e do Serviço de Arquivo e Serviço de Documentação do *Parquet*, foi possível realizar alguns levantamentos históricos importantes para o desenvolvimento do livro. Todavia, a Comissão fez questão também de consultar as indispensáveis e primorosas obras do renomado historiador paraense Ernesto Cruz, o qual foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. O mesmo acontecendo com as não menos importantes obras do culto e honrado desembargador do TJE-Pará, o saudoso professor Silvio Hall de Moura, imortal da Academia Paraense de Letras.

Não se hesitou quanto à escolha da fachada do Edifício-Sede do Ministério Público para servir de capa a essa pioneira obra, seguramente

por ele representar a materialização de um sonho de várias gerações de membros do *Parquet* paraense.

A diagramação do livro foi idealizada com o viés de preponderar as ilustrações pertencentes ao acervo da Instituição. Por conseguinte, foram inseridas cuidadosamente em suas páginas imagens de vasos marajoaras, porcelanas francesas, esculturas de bronze, telas e murais de conhecidos artistas plásticos do nosso Estado, como é o caso dos festejados Acácio Sobral, Benedito Melo, Dina Oliveira, Laurimar Leal, Marinaldo Santos e outros. Com esse mesmo desiderato, serviram também de ilustrações gráficas, os harmoniosos traços da azulejaria e a rebuscada grade de ferro fundido, as quais adornam a arquitetura do Edifício-Sede do Ministério Público.

É interessante registrar que a maioria dos capítulos que fazem parte deste trabalho foi escrita, com muita propriedade, por Procuradores e Promotores de Justiça, detentores de conhecimentos de fatos que marcaram a evolução da nossa história. Sendo que, em algumas ocasiões,

participando ativamente como atores de momentos memoráveis da vida institucional.

O livro rememora a trajetória onde ao longo dos anos o *Parquet* paraense funcionou em prédios na condição de abrigado. Perpassando inicialmente pelo Palácio Antônio Lemos, posteriormente sendo transferido para o Palácio da Justiça, quando em 10 de novembro de 1992 foi oficialmente inaugurado e instalado nesta capital o tão almejado edifício-sede do Ministério Público, com 5.472,90m² de área construída, onde permanece funcionando até os dias de hoje.

A obra traz a lume o Relatório apresentado no ano de 1901, pelo 1º Governador Republicano do Estado do Pará, doutor Paes de Carvalho, demonstrando claramente que à época já existia a preocupação em cercar os membros do Ministério Público com a prerrogativa da independência funcional, cuja garantia atravessou quase um século de calorosas discussões para consolidar-se no ordenamento jurídico pátrio. Contudo, ainda não são raras as tentativas, pelas vias transversas, para subtrair essas legítimas conquistas.

Com esse difícil trabalho de pesquisa foi possível tirar do anonimato nomes de valorosos

Promotores Públicos, Curadores, Advogados de Ofício da Assistência Judiciária Cível e outros que atuaram no Ministério Público do Pará desde o período Imperial, quando era reduzido o número de bacharéis em direito que aceitassem servir fora da capital.

Destacaram-se as importantes mudanças introduzidas com a promulgação da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, da Lei Complementar Estadual nº 01, de 10 de novembro de 1982, e ainda a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que serviram de ponto de partida para chegarmos no Ministério Público do Estado Democrático de Direito que temos hoje.

Folheando as páginas deste livro, também vamos nos deparar com a Galeria de Procuradores-Gerais do Estado, nela estando inserido o bacharel João Hosannah de Oliveira, primeiro Procurador-Geral do Estado a conduzir o destino da Instituição, no extenso período de 1891 a 1900. Do mesmo modo, vamos encontrar a Galeria de Procuradores-Gerais de Justiça e na sequência a dos Corregedores-Gerais e outras.

Não havia como esquecer de prestar uma singela homenagem àqueles queridos colegas

que perderam a vida tragicamente: Laureno Francisco Alves de Melo (+09.11.1985), Fabrício Ramos Couto (+24.11.2006), Maria das Graças Azevedo da Silva (+28.12.2012) e Jorge Delano da Silva (+16.05.2014). A eles as nossas eternas saudades!

Encerramos este prefácio fazendo um merecido agradecimento ao caro amigo Antônio Eduardo Barleta de Almeida, ex-Procurador-Geral de Justiça, que sem pestanejar abraçou nossa ideia de preservar as memórias do Ministério Público do Pará, propondo ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça e aprovando a criação dessa devotada Comissão.

Manifestamos também os nossos profundos agradecimentos ao amigo Marcos Antonio Ferreira das Neves, atual Procurador-Geral de Justiça, pela imensurada confiança, liberdade e apoio, que, aliás, em momento algum, não faltaram a esta Comissão para a execução desse minucioso trabalho de pesquisa, viabilizando a essa gestão a primazia em oferecer aos seus membros, autoridades constituídas, bibliotecas públicas e à sociedade um resgate da história do Ministério Público.

Jorge de Mendonça Rocha
Coordenador



Escultura de mármore
pertencente ao acervo
do Ministério Público.